

Antônio Gilberto Costa



# Mapa das pedras do patrimônio de Minas

As pedras utilizadas em edificações e em obras públicas localizadas nos inúmeros sítios históricos de Minas Gerais dão sustentação a um importante patrimônio material, que constitui um marco da nossa identidade. Conhecê-las é entender parte de nosso passado e condição necessária para a preservação desse patrimônio.

> Apesar das frequentes abordagens e do volumoso registro iconográfico envolvendo bens que integram o patrimônio cultural do Brasil, e em especial de Minas Gerais, sejam eles móveis ou imóveis, são raras ou mesmo inexistentes aquelas que tratam das rochas ou das “pedras”, com as quais parte desses bens foi produzida. Mas, se essas abordagens são raras, mais raras ainda são as que trazem informações sobre os locais de onde essas “pedras” foram extraídas. Assim, com frequência permanecem sem respostas questões tais como: Que “pedras” são essas? De onde vieram? Que características têm?

Remonta a 1587 aquela que pode ser considerada uma das primeiras descrições e, dentre as existentes, das únicas que fazem referência aos materiais empregados nas primeiras construções do então território da América Portuguesa, bem como às suas respectivas áreas de extração e às técnicas construtivas e de beneficiamento aplicadas. Trata-se de uma descrição de Gabriel Soares e que faz parte do *Tratado Descritivo do Brasil*, daquele ano. Na segunda parte desse tratado, denominada “Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia”, o autor demonstra a preocupação que se tinha com relação à construção de fortificações capazes de resistirem aos ataques inimigos, como bem convinha “ao serviço de El-Rei Nosso Senhor e ao bem da terra”.<sup>1</sup> No capítulo CLXXXVII, Soares comenta que há na Bahia pedra de alvenaria e cantaria em quantidade para se poder fazer “grandes muros, fortalezas e outros edifícios”. Ele descreve a ocorrência de uma “pedra preta” nos arredores da Cidade da Bahia ou do Salvador, bem como “pedreiras boas de quebrar, com a qual se fazem paredes muito bem liadas, localizadas tanto ao longo do mar como pela terra”.

Registros e descrições das rochas que fazem parte do patrimônio cultural do Brasil e de suas respectivas áreas de extração encontram-se nos códices que contêm as decisões dos senados das antigas Casas de Câmaras

das comarcas de Minas e que fazem parte dos arquivos de instituições como o Arquivo Público Mineiro, assim como nos livros de *tombo*, *das despesas e dos recibos* e de *escrituras e aforamentos*. Estes últimos fazem parte dos arquivos dos conventos, das igrejas e das capelas das ordens terceiras, como a do Carmo de Sabará, onde estão registradas inúmeras informações a respeito da utilização das rochas em diversas edificações, cujos riscos e construções estiveram sob sua responsabilidade.

Existem outros documentos que tratam especificamente da construção de determinados monumentos, como aqueles que se encontram publicados em alguns dos números da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, o antigo Sphan. Dentre esses, encontram-se aqueles que trazem informações importantes sobre os materiais pétreos e sobre as construções de algumas das mais importantes capelas e igrejas de Minas, como a do Carmo de Sabará e a de São Francisco de Ouro Preto.

Os documentos cartográficos, embora nesse caso não sejam muitos, constituem outras formas de registro, principalmente para a localização das antigas pedreiras. Aqui pode ser citada a *Planta da Cidade de Ouro Preto*, que traz as seguintes informações: “Organizada por ordem do Ex<sup>mo</sup> Sr. D<sup>r</sup> Luiz Eugenio Horta Barbosa. Presidente da Província. Wilh. Brosenius desenhou. Ouro Preto, 7.2.88”. O documento traz também a localização de antigas caixas de mineração, denominadas “mudeis”,<sup>2</sup> assim como de pedreiras nas Lajes e no sopé do Morro de São Sebastião, em Ouro Preto.

Descrições mais recentes, como as de German Bazin,<sup>3</sup> também com ênfase nas edificações voltadas ao culto religioso, dão conta de que as primeiras foram construídas com material provisório e seria possível apenas imaginá-las, tendo por base outras construções de pau a pique ainda existentes. Ainda segundo o autor, os jesuítas foram os primeiros a construir seus templos e

outras instalações utilizando materiais mais resistentes, a partir de fins do século XVI. Nesses casos, são apresentadas como exemplos as edificações de conventos e de colégios construídos em pedra e cal, em São Vicente, no Rio de Janeiro ou em Salvador.

Contudo, essas construções conventuais e dos antigos colégios e igrejas dos jesuítas e de outras ordens não faziam parte do conjunto de bens imóveis de Minas Gerais, seja porque os desertões de Minas só foram alcançados em fins do XVII, seja por conta de ordens oficiais. Tal é o caso da Carta Régia de 9 de junho de 1711, que determinava: “se não consinta que nas minas assista frade algum antes os lance fora a todos e com violência, se por outro modo não quiserem sair. E que o mesmo execute com aqueles cléricos que não tiverem ministério de Paróchias”;<sup>4</sup> ou ainda por outras mais severas que determinavam que todos os religiosos, quaisquer que fossem as suas ordens, deveriam sair de Minas. Ainda assim, as construções monumentais mineiras mais significativas e que resistiram ao tempo e às inúmeras intervenções têm cunho religioso. São construções seculares, representadas pelas paroquiais e capelas, essas últimas sobre a responsabilidade das confrarias.

### Construções, os mestres e seus riscos

Das construções erigidas nos séculos XVI e XVII, no então território da América Portuguesa, poucas são as que resistiram ao tempo. Referências ou registros de construções em pedra, com ênfase para a primeira metade do século XVI, indicam que essas foram muito raras ou mesmo inexistentes para boa parte do território. Em algumas foram utilizados calcários, como o lioz e o encarnadão, que vieram de Portugal, trazidos enquanto lastro dos navios ou sob encomenda. Mas prevaleceram outros materiais encontrados nas redondezas das primeiras vilas e cidades. De modo geral, essas primeiras construções, fossem elas moradias, fortes, capelas ou

simples depósitos, constituíam quase sempre abrigos muito simples e com cobertura de palha.

A partir de 1549, com a instalação do Governo Geral e da fundação da cidade de Salvador, chegaram ao Brasil os primeiros profissionais construtores com a incumbência de levantar uma “fortaleza de pedra e cal e uma cidade grande e forte [...]”. Na companhia do governador Tomé de Sousa vieram: Luiz Dias, mestre de obras da fortaleza; Diogo Peres, mestre pedreiro; e Pedro Góis, mestre pedreiro-arquiteto. Esses foram os primeiros construtores do Brasil.<sup>5</sup>

Entre meados dos séculos XVI e XVIII, várias foram as iniciativas voltadas para a preparação dos profissionais encarregados da produção dos riscos e das edificações civis ou militares no reino de Portugal, incluindo os seus territórios do ultramar. Assim, foram fundadas escolas em Portugal, como a Escola Particular de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira e o Colégio de Santo Antão. No Brasil, foram implantadas as Aulas de Arquitetura Militar da Bahia e a do Rio de Janeiro. Na área da produção de textos ou apostilas, foram importantes os tratados preparados por António Rodrigues,<sup>6</sup> Matheus do Couto o velho, Manoel de Azevedo Fortes e José Fernandes Pinto Alpoim.

Nos séculos XVII e XVIII, projetistas e construtores de edificações eram conhecidos como “mestres pedreiros”, ou “mestres de risco”. Nesse tempo, havia certa confusão entre as funções do engenheiro, do arquiteto e do construtor. No Brasil colonial, esses profissionais recebiam as seguintes denominações: “engenheiro-diretor”, “engenheiro-mor”, “engenheiro-arquiteto”, “arquiteto-mor” e “mestre-pedreiro”. Alguns “mestres de ofício” eram também designados como “arquitetos”.

Engenheiros competentes foram enviados ao Brasil colonial, principalmente quando se tratava da construção ou da recuperação das construções militares.<sup>7</sup> No

PLANTA  
DA  
**CIDADE DE OURO PRETO**

Organizada por ordem do Ex.<sup>mo</sup> Sr. D.<sup>o</sup> Luiz Eugenio Morla Barbosa, Presidente da Provincia.



**Indicações.**

- |                           |                               |
|---------------------------|-------------------------------|
| 1. Praça da Independência | 11. Igreja                    |
| 2. Palácio do Governador  | 12. Convento dos Meninos      |
| 3. Accademia provincial   | 13. M.º S. de Carmo           |
| 4. Cadeia                 | 14. M.º S. do Carmo           |
| 5. Escola de Minas        | 15. M.º S. Francisco de Paula |
| 6. Convento de Santa      | 16. M.º S. do Carmo           |
| 7. Convento de Santa      | 17. M.º S. de Santa           |
| 8. Santa Clara            | 18. M.º S. de Santa           |
| 9. Igreja geral e Cadeia  | 19. M.º S. de Santa           |
| 10. Convento de Santa     | 20. M.º S. de Santa           |
| 11. Convento de Santa     | 21. M.º S. de Santa           |
| 12. Igreja                | 22. M.º S. de Santa           |
| 13. Convento de Santa     | 23. M.º S. de Santa           |
| 14. Igreja de Santa       | 24. M.º S. de Santa           |
| 15. Igreja de Santa       | 25. M.º S. de Santa           |
| 16. Igreja de Santa       |                               |
| 17. Igreja de Santa       |                               |
| 18. Igreja de Santa       |                               |
| 19. Igreja de Santa       |                               |
| 20. Igreja de Santa       |                               |
| 21. Igreja de Santa       |                               |
| 22. Igreja de Santa       |                               |
| 23. Igreja de Santa       |                               |
| 24. Igreja de Santa       |                               |
| 25. Igreja de Santa       |                               |

ESCALA

1:15000

caso das construções envolvendo as ordens religiosas, a função de mestre de obras era desempenhada com frequência por membros da própria ordem, como no caso dos mestres frei Leandro de São Bento, frei Tomás da Assunção e frei Bernardo de São Bento, monges beneditinos encarregados da construção da igreja e do início do prédio do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, entre 1633 e 1693.<sup>8</sup>

Aos oficiais engenheiros cabia, além das obras de defesa, das demarcações das fronteiras e do ensino, a execução de obras civis e religiosas, a construção de estradas etc. Mas com frequência eram os mestres pedreiros os responsáveis pelas obras, sendo eles também encarregados de inúmeras outras funções, como a de extração de materiais pétreos. O mestre pedreiro Antonio Ferreira Lima assinou um contrato com a Meza da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de São João d'El Rey para trabalhar “pello seu of.º de Pedreyro, tanto para tirar pedra na pedreyra como lavrar e tudo o mais que pertence ao dt.º seu of.º”.<sup>9</sup> Francisco de Lima Cerqueira, responsável por várias obras em São João d'El Rey, era o mestre e o administrador das obras da nova capela de São Francisco e responsável por “Lavrar Cantaria debaixo do Telheiro o tempo que lhe fosse possível [...] não só elle exercera od.º emprego, mas alem disso assistira nas pedreiras, estivera officio de Architecto tirando novas plantas, e novos dezenhos [...]”<sup>10</sup>, segundo acordo com a mesma Ordem Terceira de São Francisco, firmado em ata da reunião do dia 13 de fevereiro de 1785 e lavrado em termo de 11 de setembro do mesmo ano.

Principalmente no período colonial, muitos estrangeiros foram contratados para suprir a falta de engenheiros luso-brasileiros, pois estes estavam em falta também na metrópole. Todos, quando contratados pelo governo, recebiam a denominação de engenheiros militares e se eram civis normalmente tinham de ingressar no Exército português, recebendo patentes em função dos

seus conhecimentos e influências. Como eram as únicas pessoas com algum conhecimento sistemático da arte de construir, acabavam sendo empregados em todos os tipos de obras e outras atividades de engenharia.

Outros contratados pela Coroa eram padres, nomeadamente jesuítas. Uma vez que detinham muitos conhecimentos na área da matemática e da física, os jesuítas acabaram desempenhando inúmeras das atividades de engenheiros militares. Nesse sentido, em muito contribuiu a Aula da Esfera do Colégio Jesuíta de Santo Antão, em Lisboa, onde muito foi ensinado em termos da geometria, da aritmética e da álgebra.<sup>11</sup> Como exemplos de religiosos engenheiros ou “padres matemáticos” podem ser mencionados: o padre Gaspar de Sampères, que projetou o Forte dos Reis Magos no início do século XVII; o padre Diogo Soares, que produziu plantas e perspectivas das fortalezas do Rio de Janeiro e que, com o padre Domingos Capassi, produziu inúmeros documentos cartográficos para parte considerável da porção sul do antigo Estado do Brasil.

Na América Portuguesa, vamos ver esses engenheiros construindo não só fortificações, mas também palácios, igrejas, conventos e aquedutos. Dentre os vários mestres responsáveis por riscos, projetos e execuções, destaca-se o brigadeiro José Fernando Pinto Alpoim. Considerado um dos mais importantes engenheiros portugueses durante o período colonial, foi o responsável por inúmeros projetos e riscos, dentre os quais se destacam: o da Residência dos Governadores, em Vila Rica, e os do Arco do Teles, dos Arcos da Carioca e do Convento das Carmelitas, na cidade do Rio de Janeiro.

Em especial na Capitania de Minas Gerais, outros portugueses, mestres de riscos e pedreiros,<sup>12</sup> foram os responsáveis pela execução de inúmeras obras ao longo de boa parte do século XVIII, entre eles: José Pereira dos Santos, José Pereira Arouca e Domingos Moreira de Oliveira, procedentes da região do Porto; José Fernandes de Oliveira,

Francisco de Lima Cerqueira e António Pereira de Souza Calheiros, procedentes da região de Braga.

Do grupo dos mestres de risco, pedreiro ou de ofício nascidos na Capitania de Minas, destaca-se António Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Para além dos seus projetos e riscos, Aleijadinho foi também o grande mestre da escultura monumental em pedra, que no Brasil, antes de 1760, só era praticada numa região muito limitada e onde se encontravam bons calcários macios, isto é, no território atualmente ocupado pelos estados da Bahia, de Sergipe, Pernambuco e Paraíba. Nessas capitanias e desde o início do século XVIII, os entalhadores de pedra imitaram, nas fachadas das igrejas, as ornamentações que eram feitas de madeira, dando-lhes “um carácter novo de rudeza primitiva”.<sup>13</sup> Em contraposição, segundo Bazin, o mérito de Aleijadinho terá sido o de dotar o Brasil de uma escultura monumental própria, “cuja qualidade ultrapassará o que havia sido feito até mesmo em Portugal”.

### Construções de alvenaria de pedra, argamassas e cantaria

Como já mencionado, a utilização da pedra nas construções no Brasil remonta à primeira metade do século XVI e está registrada no Regimento passado a Tomé de Souza em 17 de dezembro de 1548, contendo a determinação de que “fizesse ele uma fortaleza de pedra e cal e, se não a pudesse construir com esse material, que a fabricasse de pedra e barro, ou então de taipa, ou ainda de madeira”.<sup>14</sup>

Na Capitania de Minas, as construções edificadas inteiramente em pedra são muito raras. Normalmente, essas construções dispensavam o uso de argamassas, ocorrendo uma justaposição de pedras maiores e menores. Em alguns casos, foram empregados grandes blocos de pedra, mais ou menos do mesmo tamanho e com faces trabalhadas, como no caso da base da antiga Câmara e

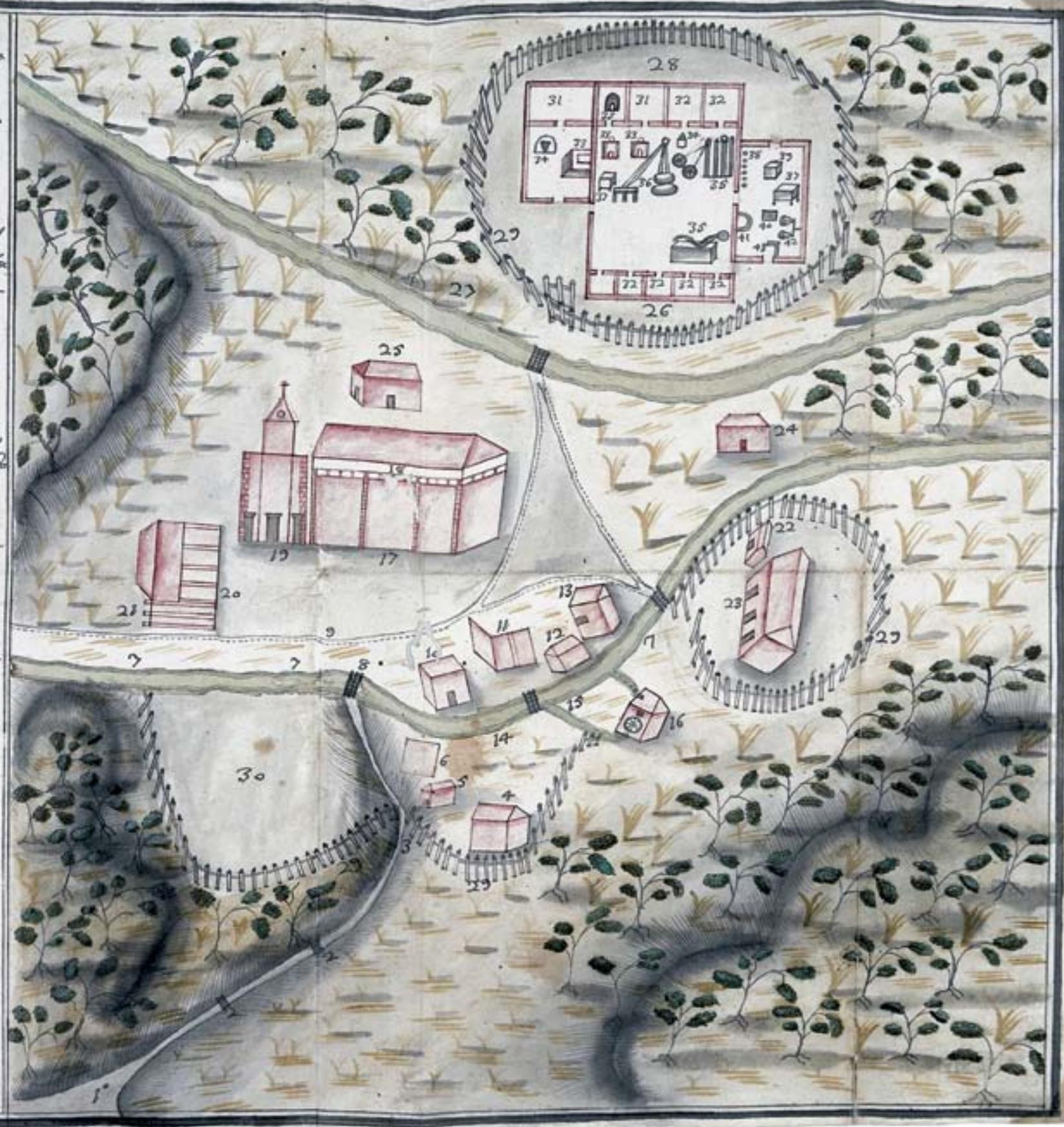
Cadeia de Vila Rica. Em Minas Gerais, essa técnica de alvenaria denominada de modo geral como “pedra seca” – mas também conhecida como “cangicado”,<sup>15</sup> quando ocorre a intercalação de pedras de tamanhos maiores e menores – foi empregada para a construção de habitações, muros e de instalações de defesa e de observação.

Ainda hoje, existem registros dessas construções de pedra, como as da região de São José do Rio das Mortes (Tiradentes) e dos antigos arraiais da região de Vila Rica, edificadas nos primeiros anos dos Setecentos. Nesses arraiais podem ser mencionadas as construções, ou o que restou delas, edificadas com o uso de “minérios de ferro em pedaços soltos”, ou canga, no antigo Arraial de Pascoal da Silva Guimarães, ou Arraial do Ouro Podre, na região atualmente conhecida como Morro da Piedade, ou na do Taquaral, ambas localizadas na cidade de Ouro Preto. Em 1940, Lima Júnior descreveu a presença de obras de pedra lavrada em construções do antigo Arraial do Pascoal, denominadas “minhota”, ou feitas à moda do Minho, e que atualmente não mais existem.<sup>16</sup>

A partir de 1735,<sup>17</sup> o uso da pedra, acompanhando o adobe ou as taipas de sebe e pilão, tornou-se mais frequente e inúmeras construções em taipa ou adobe foram em parte ou totalmente reconstruídas em pedra e cal. Destaca-se a Sé de Mariana, refeita a partir de 1798; a matriz do Pilar de Ouro Preto, ao final do primeiro quartel do século XIX; e a igreja matriz de Catas Altas, na segunda metade do XIX.<sup>18</sup> Para as construções mineiras do século XVIII são também descritas misturas ou argamassas de barro ou argamassas de cal e areia, envolvendo a utilização desde a areia fina até a grossa, ou mesmo um cascalho grosso e argila crua, esta última utilizada como material aglutinante.

Em algumas construções o cascalho foi substituído por peças de canga ou pedaços de tijolos. Esse tipo de alvenaria à base de cascalho grosso ou a argamassa de cal e areia pode ser observado tanto na construção quanto no

- 1 Em toda p<sup>ta</sup> m<sup>to</sup> sem abaxo j<sup>tem</sup> meia l<sup>g</sup>ta t<sup>o</sup>
- 2 a casa de Ignacio de Souza.
- 3 Cancellay j<sup>o</sup> feixão a servidam
- 4 Superora q<sup>tem</sup> a servidas naquella terra
- 5 Ora Casa do Citio.
- 6 Casa de poldora
- 7 Curral do gado.
- 8 Ribeiro
- 9 Ponte entre Cancellay.
- 10 Porto em q<sup>se</sup> sequeria fazer fei<sup>to</sup> abchamase pumbul
- 11 Casa de fundicao de Cunho q<sup>se</sup> dita adesignacio de
- 12 em 1810 paco.
- 13 Casa de fundicao q<sup>se</sup> aymalloy de Cunho grande
- 14 forno de telha.
- 15 Casa da p<sup>ta</sup> fundicao de y barney.
- 16 Alude de to t<sup>o</sup> so paco de agoa.
- 17 E<sup>o</sup> Camo de Alude.
- 18 Emgenho de y piloy.
- 19 Casa de Ignacio de Souza p<sup>ta</sup> por a Caber
- 20 Varanda de y liberta de y Caray q<sup>se</sup> de y liberta de y Caray
- 21 Armida e y Carayta em q<sup>se</sup> se p<sup>ta</sup> Ignacio de Souza de y liberta de y Caray
- 22 Sanzallay ou Caray de y negroy.
- 23 Caray por a Caber.
- 24 Caray de y liberta de y Caray q<sup>se</sup> de y liberta de y Caray
- 25 de y liberta de y Caray em 1810 paco.
- 26 y Carayta em q<sup>se</sup> se p<sup>ta</sup> Ignacio de Souza de y liberta de y Caray
- 27 E<sup>o</sup> trabaria.
- 28 Casa de Cunho e de y negroy
- 29 Casa da moeda q<sup>se</sup> dita de Ignacio de Souza em 1810 paco.
- 30 Ribeiro.
- 31 Casa da moeda mostrada em plano
- 32 Estacadoy.
- 33 Capoeira.
- 34 Cruzueiray.
- 35 Quarteoy.
- 36 Forjay
- 37 Bijanay
- 38 Fioinay de Roday e de y liberta de y Caray
- 39 Cunho de y liberta de y Caray.
- 40 Meza de y negroy.
- 41 Caditay
- 42 Logo de Cunho.
- 43 Laca de y negroy.
- 44 Coffre.
- 45 Balanca.
- 46 Sarrithay.



acabamento de alguns detalhes em monumentos mineiros, como nas falsas cimalthas e colunas, ou ainda em alguns adornos. Em Ouro Preto podem ser observadas as suas presenças nas falsas colunas e cimalthas da Capela do Carmo, em detalhes do medalhão da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Penitência e nos acabamentos do chafariz do Alto da Cruz. Em Tiradentes a argamassa com areia grossa foi empregada na construção de detalhes laterais superiores da portada da Igreja de Santo Antônio (sobreporta) e nos balaústres de suas janelas frontais.

Nesse período, para a fixação e junção das placas ou blocos de material pétreo, em vez de argamassas foram utilizados os chamados "gatos" de ferro ou de bronze, ainda conhecidos como "grampos" ou "tarugos", sempre bem chumbados: "[...] os gatos de ferro seriam mettidos dous dedos de fundo na pedra, para que negros não amarrassem cavallos nelles".<sup>19</sup> Outras descrições dão conta de que os gatos de ferro eram embebidos em chumbo e então fixados na pedra. Nas obras construídas em pedra, cal e argamassa, tal como nos tanques e chafarizes, o betume para a vedação era feito de cal, azeite e pó de seixo. O azeite, no caso, era com frequência produzido a partir da mamona, mas existem citações sobre a utilização de "azeite do reino", ou de oliva.

*Planta das cazas de fundicao do Sitio da Boavista de Paraipeva. Os engenheiros militares ou da capitania, além de riscos e projetos, tinham sob a sua responsabilidade a produção de mapas, cartas, plantas e outros documentos iconográficos, como esta planta, que faz parte do Treslado da delação que fez Fr.co Borgez dCarv.lho de seusócio Ignacio de Souza Ferreira, deter cazas de fundicao, e de cunhar moedaz. [c. 1731]. Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal.*

Passado o século XVIII, os procedimentos e as técnicas mantiveram-se sem grandes modificações ao longo do XIX, mas entre fins deste e o final do primeiro quartel do século XX ocorreu uma grande empreitada em Minas, que foi a construção da sua nova capital. Em substituição à antiga Curral d'El Rey, foi erigido um conjunto de prédios públicos e outras edificações civis com a utilização de volumes de rocha até então inimagináveis, desde os alicerces, passando pelas alvenarias, até as obras de cantaria.

Assim, considerando-se os sítios históricos de Minas, cujas construções foram edificadas principalmente ao longo do século XVIII, constata-se que a cantaria não foi amplamente utilizada, seja pela falta de material adequado, seja pela inexistência de mestres de cantaria, ou de recursos financeiros suficientes para a contratação desses. De modo geral, essa cantaria limitou-se ao embelezamento de frontispícios e fachadas, por meio da construção de belos medalhões e às vezes complexas portadas. Outros belos exemplos envolvendo trabalhos de cantaria podem ser observados nas construções de cornijas, pilastras, soleiras, peitoris, umbrais e cunhais, tanto em edificações civis quanto religiosas.

### Primeiras edificações em Minas

Das edificações que constituíam os núcleos dos arraiais do início da ocupação do território das minas, praticamente tudo se perdeu. Na região das catas do Ribeirão do Carmo, batizada em 8 de abril de 1711 com o nome de Vila de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, atualmente Mariana, ficou apenas o risco da antiga capela de Nossa Senhora da Conceição, registrado no *Mapa das Minas do Ouro e S. Paulo e Costa do Mar que lhe pertence*, de 1714.<sup>20</sup> Elaborado pelo engenheiro da capitania Pedro Gomes Chaves, a mando do governador d. Brás de Baltazar da Silveira, o documento traz a dita capela representada em desenho que contém a

representação da vila acompanhada da inscrição: *V.ª. D. N. S. D. M.ª. do Carmo*. Segundo Diogo de Vasconcellos,<sup>21</sup> no local da antiga capela da Conceição, construída por Antonio Pereira Machado, seu primeiro povoador, foi erigida, a partir de 1709, a atual Sé de Mariana.

De concreto, o pouco que restou pode ser observado em alguns dos sítios históricos mineiros, com maior presença nos morros da serra da cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica e depois Imperial Cidade de Ouro Preto.

Em fins do século XVII, a estrutura urbana dessa região central das minas era constituída por vários povoados, em número de oito, que foram sendo formados por modestas habitações de taipa ou de canga, construídas ao redor de suas respectivas capelas. Desse conjunto inicial de capelas, algumas permanecem intactas, enquanto outras passaram por modificações, principalmente na segunda metade do século XVIII.

A capela de São João Batista do Ouro Fino, construída de alvenaria seca de canga na freguesia de Antônio Dias, no alto do Morro Fino, também conhecido como Morro São João, no antigo Arraial do Ouro Fino, é tida como a mais antiga. Teria sido construída por volta de 1698 pelos participantes das bandeiras de Antônio Dias e Padre Faria. A atual edificação resulta de uma reconstrução ocorrida por volta de 1743. Mostra o corpo da igreja distinto da capela-mor, sendo que na junção as paredes se curvam. Tem cimalha de cantaria e cunhais de alvenaria de pedra argamassada. No seu entorno apresenta típico mata-burros construído em pedra quartzítica.

Em data anterior a 1740, foi construída a capela de Santa Ana, localizada no Morro de Santana. Encontra-se também em local do primitivo arraial e sobreviveu ao incêndio ordenado pelo conde de Assumar. Em sua construção foi utilizada a canga e, assim como a de São João, também apresenta mata-burros em quartzito e muros de canga.



A capela de Nossa Senhora da Conceição, na Vila de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), e outras antigas edificações. Registro do início da ocupação do território mineiro, que consta na iluminura do *Mapa das Minas do Ouro e S. Paulo e costa do mar que lhe pertence*. [c. 1714]. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

A capela de Nossa Senhora da Piedade, construída no antigo Arraial do Ouro Podre, ou Arraial de Pascoal da Silva, incendiado em 1720 com a revolta de Felipe dos Santos,<sup>22</sup> é das mais novas e traz a data 1720 inscrita em sua cruz. A denominação de Ouro Podre foi dada ao local trabalhado pelo mascate Pascoal da Silva Guimarães, como consequência da facilidade com o que o ouro se desprendia da rocha. Ainda hoje o morro é também conhecido como o Morro do Pascoal. Esse centro de mineração foi o escolhido pela administração da metrópole para ser a sede da vila que recebeu o nome de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Albuquerque, em 11 de julho de 1711,<sup>23</sup> cujo termo abrangia os arraiais de Padre Faria, Antônio Dias, Paulistas, Bom Sucesso, São João, Ouro Podre, Taquaral, Sant'Ana, Piedade, Ouro Preto e Caquende. Na capela destacam-se os dois campanários construídos em quartzito itacolomy. À sua esquerda encontra-se o que sobrou de um dos inúmeros mundéus construídos nas encostas da Serra de Ouro Preto. Tanto o mundéu quanto a capela foram

construídos com a utilização de um tipo de rocha muito encontrada naquela área, que é a canga.

A capela do Bom Jesus das Flores foi construída nos arredores de Vila Rica, em local conhecido como Taquaral, situado no caminho para Mariana. Datada de 1748, foi reedificada em pedra e apresenta belas pinturas no forro da sua nave, o que a diferencia das demais. Apesar disso, mantém externamente o mesmo estilo das demais capelas, incluindo seus dois campanários arqueados e construídos de quartzito itacolomy. Em seu interior encontra-se um arco-cruzeiro igualmente construído do mesmo quartzito, mas de coloração esbranquiçada e que mostra em sua base bandamento de coloração cinza. Destaca-se nessa capela o púlpito de madeira, que apresenta uma bela base em cantaria de quartzito itacolomy trabalhado.

Assim como a do Bom Jesus, a capela de São Sebastião também deve ter sido construída ou transferida após

1720. Localizada atualmente em um ponto mais a leste da serra de Ouro Preto, teria sido construída inicialmente no Arraial do Ouro Podre.

Completando o conjunto de capelas da primeira metade do século XVIII, a capela de Nossa Senhora do Rosário de Antônio Dias, ou do Padre Faria, cuja construção é anterior a 1740, foi edificada em pedra seca e canga. Tem em seu adro uma cruz pontifical em quartzito itacolomy e em seu interior um lavatório igualmente lavrado nesse quartzito.

Outras construções desse período, edificadas com fins residenciais e/ou de demarcação e com o uso da pedra, principalmente da canga, apesar de arruinadas, resistem. Seus vestígios podem ainda ser observados em pontos do Morro da Queimada, denominação dada à região destruída pelo incêndio ordenado pelo conde de Assumar, assim como no alto do Morro de São João.

Em outro morro de Vila Rica, o de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes de Ouro Preto, foi a esse tempo edificado um posto de controle militar, por determinação do conde de Assumar, o último governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. O ponto era considerado estratégico, pois o morro, até então revestido de “frondoso arvoredor”,<sup>24</sup> separava o arraial de Antônio Dias do Pilar do de Ouro Preto. Dessa construção não sobraram registros, pois em 1741, por ordem do governador Gomes Freire de Andrade,<sup>25</sup> o conde de Bobadela, a mesma foi transformada no que passou a ser chamado de Palácio dos Governadores, que até então residiam na vizinha Vila do Carmo, em casas cedidas, ou ainda no antigo Palácio de Campo de Cachoeira do Campo. Essa nova edificação, construída a partir de risco do sargento-mor José Fernandes Pinto de Alpoim, é considerada uma das primeiras edificações em alvenaria na região das minas, consolidando a utilização do quartzito das Lages e do Itacolomy e da pedra-sabão, principalmente daquela proveniente da região de Santa Rita.

### As rochas nas obras civis e nos símbolos das vilas e cidades de Minas

Competia às câmaras acolher e analisar pedidos ou tomar as decisões envolvendo as construções e conservações, por exemplo, de calçadas e de caminhos, incluindo suas pontes, muros e abrigos. Uma vez que os pedidos e projetos fossem aprovados pelos respectivos senados e recebessem, quando necessária, a sanção real, eram essas instâncias que deveriam arcar com todas as despesas envolvidas. Em algumas situações, cabia a particulares arcar com as referidas despesas.

No interior dos arraiais, das vilas e das cidades, as primeiras calçadas foram construídas com a utilização de lajes de quartzito, como no antigo Arraial do Tejuco ou em Vila Rica. Também muitas foram aquelas construídas com a utilização de seixos rolados, encontrados nos leitos de córregos e rios, ou associados com sedimentos em suas margens. Algumas dessas calçadas apresentam faixas ou passeios centrais construídos com lajes, que por conta disso são conhecidas como capistranas.

Posteriormente, essas lajes e os seixos foram substituídos na pavimentação por pequenos blocos com alguma regularidade, que eram mais resistentes às passagens dos carros de bois e de animais com ferraduras e também por apresentarem alguma comodidade para os pedestres. Havia ainda uma grande preocupação com a qualidade da pedra, pois era sempre grande o risco de as calçadas serem arruinadas pela ação das águas pluviais e outras. Em Ouro Preto, esses blocos ou paralelepípedos utilizados na substituição das placas e seixos foram produzidos a partir do beneficiamento de material gnáissico, de composição granítica, em boa parte aflorante na região da antiga Queluz de Minas, hoje Conselheiro Lafaiete.

Lajes de quartzitos e de xistos, bem como seixos dessas rochas ou de quartzo, foram também muito utilizadas na

pavimentação de pátios e corredores de fazendas e de residências. Constituem referências desse tipo de calçamento o do pátio localizado no interior da Casa dos Contos de Ouro Preto, o da área situada aos fundos do casarão que abriga o Museu Regional de Caeté, o do pátio do Museu do Ouro, em Sabará, dentre vários outros exemplos.

Já nos caminhos e estradas, apenas trechos perigosos, como na encosta da Serra do Deus-Te-Livre ou de Ouro Branco, foram revestidos com pedras, sendo também construídos muros, no caso com o quartzito retirado da própria serra.<sup>26</sup> Nos pontos em que as estradas reais cruzavam as fronteiras entre capitânicas, foram construídos “registros” para as necessárias cobranças de impostos, assim como outras benfeitorias em pedra seca, para maior comodidade de oficiais e soldados, como o registro do Paraibuna.

Seja ao longo dos caminhos, mas também no interior das vilas e cidades, foram construídas pontes, seguindo-se o mesmo ritual de arrematação das demais obras. Do conjunto de condições impostas a quem obtivesse os respectivos direitos de construção sempre faziam parte as descrições dos materiais que deveriam ser utilizados. Nas de Vila Rica, determinava-se o uso do quartzito das lajes para os assentos, cascalho de córrego para os enchimentos, lajes de pedra itacolomy para capeamento, pedra do Itacolomy lavrada para capeamento, moirões de pedra do Itacolomy e pedra de cantaria rija do Itacolomy. No caso da construção da ponte sobre o córrego do Caquende ou do Rosário, em Vila Rica, obrigava-se o arrematante a fazer a calçada da dita ponte de “pedra dura de seixos e lages ao tição e por nenhum caso lhe metera Tapinuacanga por que não serve para semelhante obra”. Já no caso da ponte de Antônio Dias, também conhecida como ponte de Marília, era o arrematante obrigado a fazer, entre outros, “... dois Arcos que mostra a planta de Pedras de cantaria do Tacolumy rija e esta será lavrada de Picão miúdo e a Crux de pedra de Itacolomy lavrada, com sua base da mesma pedra”.<sup>27</sup>

Materiais pétreos foram também empregados na construção de “marcos e símbolos das Minas Geraes”.<sup>28</sup> Nas justificativas para a fundação de Vila Rica, de 11 de julho de 1711, existe determinação para que essa tenha os arraiais de N. S. do Pilar e de Antônio Dias constituindo o seu núcleo principal. Após a criação, tornou-se necessária a ampliação dos terrenos pertencentes à mesma, pois essa “[...] se achava sem ter recreio nem terra alguma, assim para a criação dos gados como para venda e aforar aos moradores [...]”.<sup>29</sup> Assim, foi encaminhado um pedido ao rei para a concessão de terras por sesmaria, contendo “todos os campos, seus cantos e recantos e compreendidas entre a passagem do ribeirão até terreno da dita vila e da serra do itacolomy até a de Antônio Pereira, correndo até entestar com o Cap. Manuel de Matos”.<sup>30</sup>

Dos marcos dessa sesmaria, um encontra-se exposto no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Construídos inicialmente em madeira e assentados, um no caminho das Lavras Novas, outro no Tripuí e outro em São Bartolomeu, foram substituídos por marcos “de pedra de itacolomy”<sup>31</sup>, em 1747. Do documento que trata das condições para a arrematação da obra do pelourinho de Vila Rica, consta uma, segundo a qual ficava obrigado o arrematante a:

[...] por três marcos de pedra de itacolomy na grossura e altura suficiente pondolhe as letras que digaõ Sismaria de Villa Rica, e asentarã a saber nos lugares aonde se achão os marcos de Madeira hum no caminho das Lavras Novas; outro no tripuhy; outro em São Barthollameu.<sup>32</sup>

Outros marcos, como os padrões utilizados para a delimitação das terras diamantinas: na barra do Rio Inhaí, no córrego das Lages; no penhasco da Serra do Ó; no morro das Bandeirinhas, em uma pedreira da Tromba da Anta e na cabeceira do Rio Preto, são mencionados na literatura,<sup>33</sup> mas desses não foram encontrados vestígios.

### Pelourinhos, símbolos e marcos

Constituindo um dos símbolos do poder da metrópole, os pelourinhos eram emblemas da jurisdição municipal e considerados necessários para a manutenção da disciplina, principalmente, da população negra. Normalmente eram constituídos por uma coluna de pedra ou um esteio de madeira e encontravam-se sempre defronte às casas da Câmara. Com a abolição da escravatura quase todos foram destruídos.

Das antigas vilas e cidades mineiras só restaram os pelourinhos de Mariana, Caeté e São João del-Rei. O de Mariana, construído em pedra-sabão e xisto em 1750, e demolido em 1871, foi reconstruído e reinstalado em seu local original, defronte ao prédio da antiga Cadeia e Câmara, em 1970. Em 1722, para a construção do pelourinho de Caeté, que é constituído por uma base que se sobressai do piso, por quatro pequenas colunas localizadas em seus vértices e por uma coluna central, foi utilizado um quartzito micáceo. Instalado defronte à Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, ele esteve originalmente próximo ao prédio da cadeia. O pelourinho de São João, mandado instalar por d. Brás Baltazar da Silveira, em 1713, era de madeira e ficava no Morro da Forca. No século XIX, foi substituído por um construído em xisto e quartzito, por Aniceto de Souza Lopes. Encontra-se atualmente defronte à antiga casa do barão de Itambé.

Vila Rica também dispunha do seu pelourinho. Construído inicialmente em madeira, quando da criação da vila, foi substituído por um de pedra, em 1748, e demolido anos mais tarde. Sendo assim, sobre o mesmo só restaram referências contidas em documentos que se encontram sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. No documento que trata da aprovação pelo Senado da Câmara da construção do pelourinho, a folha 02 traz apenas o título: “Condissoens comazquaz Sehão dearrematar o Pellourinho desta V.<sup>a</sup> Rica”.<sup>34</sup> Já na seguinte, tem início a descrição dessas condições e sobre os materiais a serem

empregados na sua construção, sob o título: “Condissoenz com q. sehão dearrematar opelourinho feito easentado naprassa desta villa feito depedra dita Collumy”. Na folha 4v e em meio às referidas condições, aparece uma que nada tem a ver com o pelourinho, mas que obrigava o arrematante a construir e colocar os marcos de delimitação da sesmaria de Vila Rica. Além da aprovação das condições pelo Senado da Câmara, em 20 de maio de 1747, constam ainda do documento uma ilustração do pelourinho e sua respectiva planta. Sua construção foi arrematada em agosto de 1747, por Domingos Roiz Tôrres, que cobrou quatrocentos mil réis.<sup>35</sup>

Como de rotina, após ter sido arrematada a obra, procedeu-se ao registro das condições impostas pela Câmara de Vila Rica para a sua construção. Nesse registro, intitulado “Rezito das condiçoins comque serematou aobra do Pellourinho daprassa desta villa”, encontra-se detalhada descrição do projeto e das rochas que seriam empregadas. Consta que o novo pelourinho seria de pedra do Itacolomy e deveria ser assentado na praça da Vila. Ele deveria

[...] ter os alisserces de pedra de lagedo, asentada em cal e area, devendo o pedestal da colluna ser de hua pedra inteirissa e a própria colluna de hua pedra inteirissa com todos os seus ornatos como mostra o risco levando dous escudos ou armas reais hum fazendo frente p.a a cadea, e outro pera o palacio.<sup>36</sup>

Transferido em 1797 para o Largo de São Francisco, o pelourinho ficou entre a Casa do Ouvidor e a Igreja de São Francisco de Assis. Após muitas discussões e resoluções, incluindo um pedido de retirada encaminhado pelo comandante do Corpo Policial, sob a alegação de que o pelourinho impedia a formatura do corpo no dito largo, foi o mesmo finalmente demolido entre 1857 e 1867. Por recomendação da Câmara, essa demolição deveria se dar com cautela, “a fim de não estragar as

Pelourinho de Vila Rica, construído em 1747 e demolido por volta de 1857. Arquivo Público Mineiro – Câmara Municipal de Ouro Preto – CMOP, doc. 03, cx. 21.





Detalhe do risco para o frontispício da Igreja de São Francisco de Assis de São João del-Rei. Antônio Francisco Lisboa (atribuição), século XVIII. Desenho aquarelado, 66 x 34 cm. Acervo Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

Pio VI por suas bulas de privilégios e graças especiais concedidas à capela.<sup>38</sup>

Outras cruzes e cruzeiros foram construídos em quartzito itacolomy, como o das Lages, ou em granito, como o cruzeiro localizado defronte à Igreja de Cachoeira do Campo, ou em xistos com coloração variando do verde ao cinza azulado e instalados em praças, capelas e igrejas da antiga Vila Rica, São João del-Rei, Tiradentes, Congonhas, Santo Antônio do Leite e outras localidades.

Concluindo esta breve descrição acerca dos monumentos mineiros, pode-se afirmar que muitos são aqueles que, mesmo construídos em pedra, não resistiram à ação do tempo, à falta de cuidados e a tratamentos inadequados. Mas também existiram aqueles que foram sendo retirados das nossas praças, transformadas por conta da implantação de novos projetos arquitetônicos em nada comprometidos com a memória e com a cultura locais. No entanto, ainda que tarde, cresce entre nós a consciência da preservação, a necessidade do conhecimento e a certeza de que todos os esforços serão sempre necessários para a perpetuação desses símbolos de nossa identidade.

#### Notas |

1. SOARES, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001. p. 342-344.
2. *Mundeo*: estrutura construída nas encostas de morros, como nos da Serra de Ouro Preto, com a função de recolher a lama de onde era posteriormente separado o ouro. Nos morros de Vila Rica, foram construídos com blocos de quartzito e de canga.
3. BAZIN, Germain. Os monumentos mais antigos. In: BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil (1956)*. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981. v. I, livro II, cap. I, p. 67.
4. BAZIN, Germain. O surto arquitetônico de Minas Gerais. In: BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil (1956)*, v. I, livro III, cap. III, p. 195.
5. SILVA TELLES, Pedro C. da. *História da engenharia no Brasil (Séculos XVI a XIX)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984. p. 5.

6. RODRIGUES. Tratado de arquitetura militar, 1576. In: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1501-1822)*. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001. p. 205-206.

7. COSTA, Antônio Gilberto. Dos roteiros de todos os sinais da Costa até a Carta Geral. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 110-115; 199-202.

8. ROCHA, D. Mateus Ramalho. *O mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 1590/1990*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1991. p. 107.

9. Contrato de 15 de março de 1773 - Livro 2º. de Termos.

10. BAZIN, Germain. Repertório monumental. In: BAZIN. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, v. II, p. 105.

11. LEITÃO, Henrique; MARTINS, Lígia; COUTO Jorge. *Spehra Mundi: A Ciência na Aula da Esfera*. Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP. Lisboa: Catálogos BNP, 2008. p. 19.

12. OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Arquitetura da mineração nos estados de Minas Gerais e Goiás. In: BICCA, Briane Elizabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org.). *Arquitetura na Formação do Brasil*. UNESCO, 2006. p. 134.

13. BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Tradução de Marisa Murray. Rio de Janeiro: Record, 1971. Capítulo II, p. 31.

14. VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construídos*. Belo Horizonte: UFMG, 1979. p. 23.

15. VASCONCELLOS. *Arquitetura no Brasil*, p. 27-29.

16. LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1978. p. 113.

17. LIMA JÚNIOR. *A Capitania das Minas Gerais*, p. 113.

18. BAZIN, German. Métodos de construção. In: BAZIN. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, v. I, livro I, cap. V, p. 54.

19. CARVALHO, Feu de. *Pontes e chafarizes de Vila Rica de Ouro Preto*. Edições Históricas Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 19--. p. 121 e 134.

20. COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: um projeto de Cartografia da América portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 118.

21. MATTOS, Aníbal. *As artes nas Igrejas de Minas Geraes*. Biblioteca Mineira de Cultura. Belo Horizonte: Edições Apollo, 1936. p. 3.

22. CARRAZZONI, Maria Elisa. *Guia dos Bens Tombados Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1987. p. 228.

23. Criada pelo governador Albuquerque em 8 de julho de 1711. In: LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Cláudio Manoel da Costa e seu Poema Vila Rica*. Belo Horizonte: Nova Edição, 1969. p.123.

24. Sylvio de Vasconcellos contesta a existência desta frondosa floresta, que, no entanto, é defendida por Augusto de Lima Júnior. Antônio Pires da Silva Pontes Leme, nas *Memórias sobre a utilidade pública*, descreve a região entre Vila Rica e o Serro como constituída por vales cobertos por florestas. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro, Anno I*. Memória sobre a utilidade (...). Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes, anno I, f. 3º, p. 420, julho-setembro de 1896.

25. Gomes Freire assumiu o governo da Capitania de Minas em 1735.

26. COSTA, Antônio Gilberto. Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real para as Minas. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Lisboa: Kappa Editorial, 2005. p. 84-98.

27. Arquivo Público Mineiro. Códice 51-C.M., fl 253.

28. COSTA, Antônio Gilberto. *Rochas e histórias do patrimônio cultural do Brasil e de Minas*. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi, 2009. p. 134-139.

29. VASCONCELLOS, Sylvio de. *VILLA RICA Formação e Desenvolvimento Residências*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956. p. 32.

30. VASCONCELLOS. *VILLA RICA Formação e Desenvolvimento Residências*, p. 33-34.

31. Arquivo Público Mineiro. Códice CMOP, cx. 21, doc. 3, fl. 09.

32. Arquivo Público Mineiro. Códice CMOP, cx. 21, doc. 3, fl. 09.

33. LIMA JÚNIOR. *A Capitania das Minas Gerais*, p. 65.

34. Arquivo Público Mineiro. Códice CMOP, cx 21, doc. 03, fl. 02.

35. Arquivo Público Mineiro. Códice CMOP-53, fl. 62-62v.

36. Arquivo Público Mineiro. Códice CMOP-53, fl. 63v-66.

37. LOPES, Francisco Antônio. *Os palácios de Vila Rica. Ouro Preto no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955. p. 121.

38. COSTA. *Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas*, p. 139.

**Antônio Gilberto Costa** é professor associado do Departamento de Geologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutor em Petrologia pela TU-Clausthal, Alemanha. Coordena o Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG. Entre outras obras, é autor e organizador de *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real* (Prêmio Jabuti 2006), *Roteiro Prático de Cartografia* (Prêmio Jabuti 2008) e *Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas* (2009).